artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13 de Dezembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

15 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*. 3000216530

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 467/04.8TYLSB.

Falência (apresentação).

Falido: F. J. Silva, L.^{da}, e outro(s).

Credor: SABEL.

A Doutora Maria José de Almeida Costeira, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que por sentença de 13 de Outubro de 2004, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência de F. J. Silva, L.^{da}, número de identificação fiscal 503067555, com domicílio na Praceta de Aldealega, 24, 2.º, direito, 2879-239 Montijo, tendo sido fixado em 10 dias, contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPEREF.

Foi nomeada liquidatária judicial a Dr.^a Patrícia Navalho, Rua de José Augusto Pimenta, 48, 3.º, esquerdo, 2830-086 Barreiro.

19 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria José de Almeida Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Luis Francisco Cabeça M. Horta*. 3000216504

Anúncio

Processo n.º 29/06.5TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor: Global Notícias Publicações, S. A.

Devedor: JUNO — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 19 de Julho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora JUNO — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.^{da}, número de identificação fiscal 504987496, Rua de Humberto Madeira, 7, 4.º, C, Santa Maria dos Olivais, 1000 Lisboa, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor Jorge Manuel de Sousa Inácio, Rua de Humberto Madeira, 7, 4.º, C, 1800-214 Lisboa, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.^a Maria Emília Cravidão Fonseca, Rua de Viana da Mota, 8, 2.º, esquerdo, Cruz de Pau, 2845-136 Amora.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm editos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11 de Outubro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

8 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria José de Almeida Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Luís Francisco Cabeça M. Horta*. 3000216525

ORGANISMOS AUTÓNOMOS**INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**

Escola Superior de Educação

Regulamento**Regulamento do conselho científico****ARTIGO 1.º****Da constituição**

1 — Integram o conselho científico todos os docentes em serviço na Escola Superior de Educação (ESEC), titulares dos graus de doutor ou de mestre e professores aprovados em provas públicas.

2 — Podem ser convidados a participar em reuniões específicas do conselho científico, sem direito a voto, outras individualidades cujas funções o justifiquem.

ARTIGO 2.º**Das competências**

1 — Compete ao conselho científico:

- a) Exercer as competências que lhe são cometidas pelo Estatuto da Carreira de Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico;
- b) Definir critérios de atribuição do serviço docente e aprovar a respectiva distribuição anual;
- c) Ouvir o conselho pedagógico, aprovar os regulamentos de frequência, avaliação, transição de ano e precedências, no quadro da legislação em vigor;
- d) Decidir sobre equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos;
- e) Fazer propostas e emitir pareceres sobre a aquisição de equipamento científico e seu uso;
- f) Aprovar projectos de criação, extinção e reestruturação de cursos;
- g) Pronunciar-se sobre as individualidades do conselho consultivo, previstas no n.º 3 do artigo 22.º dos Estatutos da ESEC;
- h) Decidir sobre as áreas científicas em que se integram os docentes da Escola, de acordo com os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 34.º dos Estatutos da ESEC;
- i) Fazer propostas e emitir pareceres em assuntos de natureza científico-pedagógica sobre acordos, convénios e protocolos de cooperação com outras instituições e, bem assim, pronunciar-se sobre a participação da ESEC noutras pessoas colectivas;
- j) Propor a contratação, renovação e rescisão dos contratos de pessoal docente e técnico adstrito às actividades de formação e de investigação científica;
- k) Deliberar acerca da nomeação definitiva dos professores, bem como pronunciar-se sobre a renovação de contratos de assistentes e equiparados;
- m) Propor alterações ao quadro de pessoal docente;
- n) Propor a abertura de concursos de docentes e a composição dos respectivos júris;
- o) Propor a organização de provas públicas e a composição dos respectivos júris;
- p) Pronunciar-se sobre pedidos de equiparação a bolseiro, bolsas de estudo e dispensas de serviço docente;
- q) Dar parecer sobre os regulamentos internos das unidades de carácter científico-pedagógico.

2 — Compete ainda ao conselho científico, ouvido o conselho consultivo:

a) Elaborar as propostas de planos de estudo para cada curso a funcionar na escola e fixação dos números máximos de matrículas anuais;

b) Definir as linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela escola nos domínios do ensino, da investigação, da extensão cultural e da prestação de serviços à comunidade.

3 — Para efeitos de apreciação de relatórios, de contratações, renovações e rescisões de contratos de docentes só terão direito a voto os docentes do conselho científico de categoria igual ou superior aos candidatos.

4 — O conselho científico regulamentará o exercício de cada uma das suas competências em documentos aprovados para o efeito, que constituirão adendas a este regulamento.

ARTIGO 3.º**Do funcionamento do conselho científico**

1 — O conselho científico assenta o seu funcionamento em plenário e na delegação de competências em comissões especializadas e no seu presidente.

ARTIGO 4.º**Da delegação de competências**

1 — A delegação de competências a que se refere o artigo 3.º deve ser aprovada pelo plenário tendo por base um regulamento referente a cada competência delegada onde se especifiquem os procedimentos e os critérios de decisão.

2 — O presidente apresenta ao plenário do conselho, no início das reuniões ordinárias, todos os assuntos sobre os quais se deliberou no uso da competência delegada.

3 — Os documentos a que se refere o número anterior devem ficar anexos à acta da reunião do plenário em que tenham sido apresentados.

ARTIGO 5.º**Da eleição do presidente do conselho científico**

1 — O conselho científico elege, de entre os membros do conselho científico, em serviço na Escola, um presidente.

2 — Será eleito presidente do conselho científico o conselheiro que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros do conselho em efectividade de funções presentes na reunião.

3 — Os conselheiros que entendam não dispor de condições para o exercício do cargo deverão, imediatamente antes da votação, comunicar essa situação aos restantes membros do conselho.

4 — Nas situações em que um conselheiro manifeste que não dispõe de condições para o exercício do cargo, isso não o desobriga da aceitação do lugar no caso de vir a ser eleito.

5 — Sempre que nenhum dos membros do conselho obtenha a votação necessária para ser eleito, é realizada nova votação em que os membros do conselho escolhem entre os dois conselheiros com maior número de votos.

6 — Serão feitas tantas votações quantas aquelas que sejam necessárias para que um dos conselheiros tenha a maioria absoluta dos votos.

7 — A eleição do presidente do conselho científico faz-se em reunião convocada especificamente para o efeito.

8 — A convocatória para a reunião de eleição do presidente deverá ser feita com, pelo menos, oito dias de antecedência e dela constarão, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Hora de início da votação;
- b) Lista nominal dos membros elegíveis para o cargo de presidente;
- c) Quórum necessário para efectuar a reunião;
- d) Indicação do número de votos necessários para que um dos conselheiros seja eleito presidente.

9 — Nos casos em que a eleição não se realize por falta de quórum, é convocada, para daí a oito dias, uma nova reunião para a eleição do presidente.

10 — O mandato do presidente do conselho científico é de dois anos, podendo ser reeleito por mais um mandato consecutivo.

11 — O conselho científico elege, ainda, sob proposta do presidente, um vice-presidente, cujo mandato coincide com o daquele e que o substituirá nas faltas e ou impedimentos.

12 — Nos casos em que não estejam presentes nem o presidente nem o vice-presidente do conselho científico, as reuniões serão presididas pelo conselheiro mais antigo de categoria mais elevada de entre os presentes.